



EDITAL

Nº 211/XII-2º/2017-21

(Pelo Direito ao Trabalho, e ao Trabalho com Direitos!)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de novembro de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 28 de novembro de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Saudação:

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Os trabalhadores “eventuais” do Porto de Setúbal, que são contratados ao turno e que representam cerca de 90% dos estivadores requisitados diariamente para as empresas Sadopor e Navipor, não comparecem ao trabalho desde o passado dia 5 de novembro em protesto contra a situação de precariedade em que se encontram.

A Operestiva, empresa que faz a gestão destes estivadores “eventuais”, mantém esta situação no Porto de Setúbal, apesar de promessas de diálogo e do reconhecimento pelo Governo do Partido Socialista (PS) da existência de uma enorme precariedade no Porto de Setúbal. No entanto, passam-se anos sem que se resolva este e outros problemas existentes com enorme prejuízo para os trabalhadores, as suas condições de trabalho e de vida.

Ao contrário de algumas afirmações alarmistas, das provocações e manobras dilatórias do patronato, os estivadores têm, ao longo dos anos, procurado resolver por via do diálogo os problemas existentes, nomeadamente através do estabelecimento por negociação direta entre os trabalhadores – através do seu Sindicato – e o patronato, de um contrato coletivo de trabalho que estabeleça as regras da prestação do trabalho e do fim da escandalosa precariedade existente no Porto de Setúbal.

Perante o inaceitável arrastamento desta situação, e em face da passividade do governo do PS face às contínuas manobras dilatórias e ilegalidades, os estivadores do porto de Setúbal foram obrigados a paralisar para exigir que a lei se cumpra, se negocie um Contrato Coletivo de trabalho e se ponha fim à precariedade.

O Governo, que não interveio para por fim à precariedade e às constantes violações das leis nacionais, deu cobertura e participou num plano orquestrado para furar a luta dos estivadores.

Aquilo que se exigia é que perante o arrastamento deste conflito laboral, o governo tivesse intervindo para promover a sua solução, em vez de se ter envolvido num plano engendrado com as empresas portuárias para permitir a passagem de dezenas trabalhadores arregimentados pelo patronato para furar a luta dos trabalhadores do Porto de Setúbal.



EDITAL
Nº 211

A luta contra a precariedade é um dos muitos problemas com que os trabalhadores, nomeadamente os estivadores do Porto de Setúbal se confrontam.

Situação que leva a que aos trabalhadores precários seja negado, por exemplo, o direito a receber o subsídio de baixa por doença pelo facto de não terem vínculo à empresa, quando na verdade há muitos anos que trabalham 22 ou mais dias mensalmente. Precariedade e outros problemas que se verificam neste e noutros portos nacionais e que de há muitos anos contra eles lutam estes trabalhadores.

A paralisação Porto de Setúbal é uma clara manifestação do descontentamento e da determinação dos estivadores em lutar pela resolução dos problemas com que se confrontam. Perante este flagrante atentado, o que se reclama e exige do Governo é que intervenha pugnando pelo fim da precariedade e dando orientações explícitas à administração do Porto de Setúbal para que aja no sentido de que os concessionários e operadores respeitem as leis do País, nomeadamente as laborais.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2018 delibera:

- 1. Solidarizar-se com a luta dos estivadores, afirmando que é no prosseguimento da sua luta e reforço da unidade dos estivadores que está o caminho seguro para pôr fim a precariedade, conquistar direitos, melhorar os salários e as condições de trabalho. Pelo Direito ao Trabalho e ao Trabalho com Direitos!**
- 2. Exigir medidas por parte do Governo no sentido de combater a precariedade, reduzir o número de eventuais e promover a sua passagem aos quadros das empresas onde trabalham diariamente há muitos anos, e para garantir que a sua atividade profissional é desenvolvida em condições de trabalho dignas e seguras.**

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 29 de novembro de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)